

ZARA PINTO-COELHO, SANDRA MARINHO & TERESA RUÃO

zara@ics.uminho.pt; marinho@ics.uminho.pt; trua@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

COMUNIDADES, PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO

Comunidades, participação e regulação, o eixo temático que atravessa esta coletânea de textos, resultante das “VI Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais”, remete para áreas fundamentais da investigação realizada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

Desde o seu início que esta unidade de pesquisa interroga, de forma crítica, os processos de construção da comunidade humana, ao mesmo tempo que se interroga sobre possibilidades outras que inscrevam o humano num mundo a recriar (Martins, 2015, 2018). E porque não há sentido de comunidade sem uma estrutura intrincada de relações e modos de pertença social, reside precisamente aí, no fazer *com* e no diálogo entre as culturas diversas que compõem as comunidades, o desafio e a prova a que queremos responder no combate por uma “democracia a vir” (Martins, 2003).

Tal combate não se faz sem a inclusão de um exercício ativo da voz da cidadania (Pinto & Sousa, 2011), importando, portanto, compreender os mecanismos que o (im)possibilitam e configuram, através das mais diversas formas de regulação (Pinto & Sousa, 2007; Sousa, Pinto & Silva, 2013), as condições concretas da sua efetivação e o que está em jogo nessas formas de participar na vida pública (Carvalho, 2011; Pinto & Pereira, 2008; Ribeiro, Melo & Carpentier, 2019; Santos & Del Bianco, 2016).

A condição tecnológica da época em que vivemos, que nos mobiliza a todos para o mercado (Martins, 2007), tece novas espacialidades e temporalidades (Araújo, Cogo & Pinto, 2015) e com elas novas formas de experienciar e imaginar as relações e as identidades sociais e culturais (Cabecinhas & Callahan, 2014; Piçarra, Cabecinhas & Castro, 2016) num mundo que permanece desigual e marcado por velhas formas de exclusão

e discriminação social (Correia & Cerqueira, 2017; Pinto-Coelho & Mota Ribeiro, 2011), é o contexto do nosso combate. É nele que debatemos criticamente a “reconfiguração da ecologia da comunicação” (Oliveira, Portela & Vicente, 2018), as “dinâmicas políticas e estéticas da cultura contemporânea” (Pires, Mota-Ribeiro & Anne Beyaert-Geslin, 2017) e a “articulação entre a comunicação e as necessidades e desafios sociais” (Ruão & Kunsch, 2014), nas três linhas de investigação¹ que organizam a vida do CECS.

Como se constroem ou têm sido construídas as comunidades – comunidades de práticas e comunidades imaginadas – em contextos diversos, e a propósito de interesses culturais variados, é a preocupação que reúne os quatro primeiros textos desta coletânea.

Partindo de uma investigação anterior acerca da música de Fortaleza, desde os primeiros artistas e canções populares, no final do século XIX, passando pela chegada do rádio, da televisão e das primeiras gravadoras multinacionais, até ao despoletar de uma dinâmica local de música independente no início dos anos 1980, Fábio Freitas Marques e Jean Martin Rabot propõem-se ampliar esta retrospectiva até ao final do século XX. Enquadrando a música popular como prática social e tendo como referência as investigações sobre subculturas e cena musical, faz-se uma reflexão comparativa dos diferentes ciclos e dinâmicas da produção local e suas relações com os contextos musicais nacionais e internacionais. Colocam-se em destaque elementos ligados à política, à indústria cultural e às relações sociais que estruturam o consumo e a produção musical. Os autores mostram que a produção musical de Fortaleza ao longo do século XX esteve ligada a questões nacionais – de ordem cultural, política e económica – para além dos aspetos locais. Em comum, nas diversas fases dessa produção musical, notam uma força criativa que contrasta com a precariedade e a condição periférica do mercado local.

Até que ponto e como é que a *fandom* online portuguesa põe em prática a cultura de convergência e a construção de narrativas transmediáticas? Este é um dos objetivos do projeto de doutoramento de Pedro Moura e Sara Pereira que aqui nos apresentam um estudo netnográfico exploratório que visa mapear a atividade de grupos online portugueses de fãs de duas das mais populares narrativas transmediáticas da atualidade: *Star Wars* e *Marvel*. Os autores mostram que apesar da existência de espaços online

¹ Retirado de <http://www.cecs.uminho.pt/grupos-de-investigacao/organizacoes/>. Ver também as plataformas de intervenção social, disponível em <http://www.cecs.uminho.pt/intervencao/think-tank/>) e cultural, disponível em <http://www.museuvirtualdalusofonia.com>; <http://www.passeio.pt/passeio/> que consubstanciam alguns destes interesses.

dedicados à *fandom*, os três de maior dimensão são, essencialmente, o veículo de comunicação do grupo para o exterior, não a arena online onde a cultura dos fãs acontece. Além disso, a *fandom* desses grupos assenta, sobretudo, nos contactos presenciais entre os seus membros, não sendo, portanto, mediada digitalmente, e apresenta um baixo nível de participação, o que mantém essa *fandom* como nicho e, como tal, longe da centralidade típica da cultura da convergência. Confirmando trabalhos anteriores sobre as práticas das comunidades de fãs portuguesas, conclui-se que os contornos locais as distanciam das sugeridas pela cultura de convergência.

No quadro de um projeto de pós-doutoramento, Cynthia Luderer e Anabela Carvalho colocam no centro da atenção os discursos de sustentabilidade veiculados por revistas impressas de culinária que são publicadas por redes de supermercados. Visa-se compreender, de uma forma crítica, a relação que essas empresas mantêm com as causas da alimentação saudável, numa época marcada pelos riscos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. O *corpus* em questão integra duas revistas portuguesas e será explorado com a ajuda de instrumentos fornecidos pela semiótica e análise do discurso com vista a identificar as estratégias persuasivas usadas pelos diversos agentes responsáveis pelas revistas. Neste texto, que compreende os resultados de uma análise de 36 capas dessas revistas, destaca-se a presença dos discursos sobre saúde e memória e a sua importância como motores do que já é conhecido como *espetáculo gastronômico*, no quadro de um sistema capitalista.

A propósito da crise migratória na Europa, Cláudio Abdo, Rosa Cabcinhas e Maria José Brites refletem sobre a inscrição do fenómeno em processos globais, políticos e mediáticos. Defendem que a globalização é acima de tudo um fenómeno económico e consideram que a crise migratória na Europa resulta de, ao mesmo tempo que afeta, as dinâmicas envolvidas nesse processo. Sublinham, no entanto, o importante papel que as questões políticas, sociais e humanas têm nos ritmos, rumos e vivências dos processos migratórios, algo que, segundo os autores, é frequentemente posto à margem nas discussões sobre o assunto. Uma vez que os *media* têm um importante papel na marcação da agenda pública, e que a cobertura do tema dos refugiados (Pinto, Pereira & Brites, 2015) tem sido enquadrada sob o regime do espetáculo e da desinformação, importa explorar em detalhe como constroem a imagem dos refugiados e compreender o seu impacto sobre a perceção pública do fenómeno. Tal é o desafio a que se propõe o estudante no quadro do seu projeto de doutoramento.

O que significa participar na vida pública (Phillips, Carvalho & Doyle, 2012), por via das redes sociais ou no domínio dos cuidados de saúde, e que implicações tem essa participação nos contextos em que se efetiva?

No âmbito da pesquisa de Doutoramento em Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade Lumière Lyon 2 (França), Aline Tainá Amaral Horn e Jean Claude-Soulages põem em cima da mesa algumas das linhas de reflexão do debate existente em torno das transformações no fazer jornalístico face às recentes dinâmicas de participação do público na internet. Motivada por um interesse em investigar a relação entre a produção de conteúdo jornalístico e o engajamento do público nas redes sociais, parte-se do pressuposto nesta pesquisa que os *pure players*, os novos *media* de jornalismo nascidos na internet, são ambientes que dão visibilidade e “lugar de fala” a uma parcela marginalizada da população, advertindo-se, no entanto, que nem todos eles estão afastados dos *media* hegemónicos. As autoras centram a sua atenção nos novos *media* de jornalismo digital na cultura brasileira e francesa e partilham alguns dos dados iniciais sobre a pesquisa comparativa em curso.

Situando-se no contexto da comunicação nos cuidados primários de saúde, o texto da autoria de Juliana Rodrigues Vargas, Manuel Pinto e Sandra Marinho dá conta de alguns dos traços da revisão teórica efetuada até ao momento no âmbito de um projeto de doutoramento intitulado *Literacia em comunicação na saúde: uma visão da cidadania no contexto dos cuidados primários*. Visando compreender como a comunicação pode propiciar a autonomia necessária para a promoção da literacia em saúde, os autores interrogam os entendimentos dominante de literacia e de comunicação no contexto da educação e promoção em saúde e propõem entendimentos outros que permitem potencializar as relações interpessoais que se estabelecem nos espaços de atendimento. Sendo esta via necessariamente dialógica e participativa, a sua integração contribuirá, segundo os autores, para sair do viés mediocêntrico e instrumental que define a literacia no campo da saúde. Organizam o texto de forma a dar conta de alguns estudos que permitem salientar o papel da comunicação no quadro da promoção e educação em saúde.

A encerrar esta coletânea, incluímos três textos onde se debate o tema da regulação nos domínios dos *media*, da internet e das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Servindo-se de um *corpus* de 26 documentos, nacionais e internacionais, produzidos entre 1982 e 2017, sobre literacia mediática (Pereira, 2015), Ana Oliveira e Sara Pereira apresentam os múltiplos significados

atribuídos aos conceitos de literacia mediática e criatividade nos documentos em apreço, e os papéis e responsabilidades que neles são atribuídos aos agentes educativos, recorrendo para esse efeito a uma combinação de técnicas da análise de conteúdo e dos ciclos de codificação. As autoras mostram que a literacia mediática é entendida como essencial para o exercício da cidadania, sublinham que o conceito de criatividade carece de uma definição mais precisa e que é atribuída aos agentes educativos a responsabilidade de capacitarem as novas gerações para o uso das ferramentas de comunicação atuais.

No quadro de um projeto de doutoramento intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. Marina Polo e Helena Sousa dão conta de algumas dimensões críticas do debate científico em torno da técnica e da tecnologia, prestando particular atenção ao domínio das tecnologias de comunicação. Depositando o seu interesse nos discursos reguladores da internet no que à neutralidade diz respeito, defendem que as disputas sobre o assunto vão além das questões técnicas, abarcando também elementos de natureza política. A proposta de análise documental que pretendem realizar centrar-se-á na natureza estratégica desse tipo de documentação e nos argumentos ligados à eficiência e à economia, e será enquadrada por uma abordagem crítica da economia política das comunicações.

A terminar, Josemari Quevedo e Noela Invernizzi chamam à discussão as políticas de ciência, tecnologia e inovação para as nanotecnologias e suas limitações no que diz respeito aos seus impactos nos modelos de desenvolvimento. Colocando o olhar em documentos fundamentais, comparam diferentes abordagens sobre riscos, impactos éticos, legais e sociais e dimensões sobre desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável na Europa e Estados Unidos e verificam como no Brasil e em Portugal se adotaram traços dessas preocupações. A análise efetuada mostra diferenças de enfoques normativos, mas semelhanças em lacunas que impedem o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável. Nesses países, na perspetiva sobre risco prepondera o caráter tecnoeconómico possibilitador da inovação em detrimento de um conceito de inovação que alia a precaução ao desenvolvimento da nanotecnologia. As grandes ausências na transferência dos modelos de política de nanotecnologia dão-se ao nível da participação de atores diversificados ou organizações não-governamentais (ONGs) na tomada de decisões das políticas tecnológicas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, E., Cogo, D. & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media (ções) e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 28, 7-14. DOI: 10.17231/comsoc.28(2015).2267
- Cabecinhas, R. & Callahan, D. (Eds.) (2014). Colonialismos, pós-colonialismos e lusofonias – descolonizar o pensamento. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 2(1). Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/3>
- Carvalho, A. (2011). *As alterações climáticas, os media e os cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor.
- Correia, M. L. & Cerqueira, C. (2017). Desarrumando o nosso álbum: fotografia e género. *Comunicação e Sociedade*, 32, 9-17. DOI: 10.17231/comsoc.32(2017).2747
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1092
- Martins, M. L. (2015). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 341-361. Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/100>
- Martins, M. L. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), 3-11.
- Oliveira, M., Portela, P. & Vicente, E. (2018). Som e cultura: cartografias acústicas e paisagens sonoras. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 5(1), 5-10. Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/289/197>
- Pereira, S. (Ed.) (2015). *Digital literacy, technology and social inclusion. Making sense of one-to-one computer programs around the world*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Phillips, L., Carvalho, A. & Doyle, J. (Eds.) (2012). *Citizen voices: Performing public participation in science and environment communication*. Londres: Intellect Books.
- Pinto, M. & Pereira, S. (2008). Nota introdutória. *Comunicação e Sociedade*, 14, 5-6. DOI: 10.17231/comsoc.14(2008).1071
- Pinto, M., Pereira, S. & Brites, M. J. (Eds.) (2015). *Os media e a crise dos refugiados*. Braga: CECS.
- Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *Communication and citizenship: rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor.

- Pinto-Coelho, Z. & Mota-Ribeiro, Z. (2012). Nota introdutória. Do uno e múltiplo: as aporias do nosso desassossego. *Comunicação e Sociedade*, 21, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.21(2012).695
- Pires, H., Mota-Ribeiro, S. & Beyaert-Geslin, A. (2017). Comunicação e arte. *Comunicação e Sociedade*, 31, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.31(2017).2600
- Ribeiro, F., Melo, A. & Carpentier, N. (Eds.) (no prelo). Resgatar a participação. *Comunicação e Sociedade*.
- Ruão, T. & Kunsch, M. (2014). A comunicação organizacional e estratégica: nota introdutória. *Comunicação e Sociedade*, 26, 7-13. DOI: 10.17231/comsoc.26(2014).2021
- Santos, L. & Del Bianco, N. (2016). Serviço público de média e participação. *Comunicação e Sociedade*, 30, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2481
- Sousa, H. & Pinto, M. (2007). A nova entidade reguladora no quadro das políticas de comunicação em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 11, 5-11. DOI: 10.17231/comsoc.11(2007).1112
- Sousa, H., Pinto, M. & Costa e Silva, E. (2013). Esfera pública digital – fragilidades e desafios: uma introdução. *Comunicação e Sociedade*, 23, 5-8. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1609

Citação:

Pinto-Coelho, Z., Marinho, S. & Ruão, T. (2019). Comunidades, participação e regulação. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 4-10). Braga: CECS.